



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11º andar

ATA DE REUNIÃO

ATA -2016

Pauta		
Audiência Pública para debater assuntos relacionados ao Orçamento-Programa Participativo		
Data	Horário	Local
15/12/2016	Das 14:00h às 17:00h	Auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo
Componentes da Mesa		
Paulo Cezar Neves Junior		Juiz Diretor do Foro
Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni		Juíza Federal Vice Diretora do Foro
Dra. Regilena Emy Fukui Bolognesi		Representante da AJUFE e AJUFESP

Nesta data, no Auditório do Fórum do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo – Ministro Miguel Jeronymo localizado na av. Paulista 1345, Bela Vista, São Paulo foi aberta Audiência Pública de orçamento participativo. Com a palavra o Dr. Paulo Cezar Neves Junior, fez a saudação aos presentes e deu inicio à Primeira Audiência Pública da Diretoria do Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, com o objetivo de iniciar uma conversa com a sociedade para organizar o que se chama orçamento programa participativo. Disse que o objetivo, conforme edital publicado no Diário Eletrônico em 02 de dezembro de 2016, é basicamente o de ouvir a sociedade organizada, a sociedade civil, a população em geral, os principais atores do sistema judiciário, em especial a advocacia pública, a advocacia privada, o ministério público, a defensoria pública, o cidadão em geral que é usuário da Justiça, e cumprimentou a todos os presentes e a mesa, Dra. Luciana Ortiz, vice-Diretora do Foro da Capital e a Dra. Regilena Emy Bolognesi, Juíza Federal na 11ª Vara Federal Cível, representando as duas Associações de Juízes, a AJUFE e a AJUFESP. Agradeceu a presença e o prestígio em razão da presença das duas Associações. Registrhou as presenças das autoridades da Advocacia Pública, o Dr. Luiz Carlos de Freitas, que é procurador Regional da União da Terceira Região, bem como da Dra. Mariana Pinho e da Dra. Paula Cintra, ambas Procuradoras da Fazenda Nacional que representam aqui o Dr. Leonardo Kurti, procurador Regional da Fazenda Nacional na Terceira Região. Destacou que estão abrindo um capítulo importante no programa de Gestão e Inovação – Inovajusp - que foi lançado neste ano na Seção Judiciária de São Paulo, buscando técnicas e metodologias mais apropriadas para termos uma gestão mais eficiente. Disse que a Dra. Luciana é a grande idealizadora do programa e que é uma das grandes especialistas nesta área na Justiça Federal. Destatou as regras do edital, basicamente quanto à inscrição, que era livre, pela internet, e o tempo da audiência para dividir em prazos de 10 minutos que poderiam ser modificados em caso de necessidade, passando, em seguida, a palavra para Dra. Luciana Ortiz. Dra Luciana iniciou sua fala agradecendo as palavras do Dr. Paulo e asseverou que todos estão construindo juntos o Inovajusp. Agradeceu a Dra. Regilena e outros Juízes e servidores que estão construindo juntos o programa de Gestão e Inovação. Consignou que a abertura de uma arena democrática, ou de várias, para ouvir os atores internos (juízes e servidores), tanto quanto os atores que usam o serviço público, tem como finalidade de fazer um diagnóstico dos problemas e prioridades para que o serviço público seja um serviço público de excelência. Disse que a audiência pública está inserida dentro de um programa de gestão com toda uma metodologia e cronograma para que seja feito o diagnóstico de necessidades prioritárias, mas que seja feito um diagnóstico integrado com a feitura do nosso orçamento, de forma que efetivamente a manifestação e as proposições sejam consideradas na administração. Primeiro na parte orçamentária e depois na execução das metas que forem traçadas. Disse que o grande desafio no futuro é de além de podermos consolidar essas arenas de participação, nós efetivamente fazermos com que essas proposições sejam executadas para que o nosso serviço público melhore. Toda essa visão está sendo desenvolvida mundialmente, tendo se iniciado na Inglaterra, Austrália, Estados Unidos e depois em outros países da OCDE, possuindo como visão a de que o serviço público só ganhará eficiência se nós enfrentarmos os nossos problemas, visando ao resultado efetivo. Disse que temos que ir além para sermos eficientes. Apresentou a página da internet em que constam alguns documentos do Programa de Gestão e Inovação em que está desenhada a rede de governança, e outras iniciativas para desenhar os processos de trabalho pela Organização e Métodos e convida a todos para o aprimoramento deste trabalho. Por fim, devolveu a palavra ao Dr. Paulo. O Dr. Paulo agradeceu e cumprimentou a todos que estão acompanhando por videoconferência de todas as Subseções da Seção Judiciária de São Paulo, que também vão integrar a atividade de gestão, acompanhando o orçamento pela rede da gestão ao qual estão integrados. O Dr. Paulo passou a palavra à Dra. Regilena, que agradeceu em nome da AJUFE e AJUFESP e trouxe os cumprimentos das associações. Agradeceu à Dra. Luciana e ao Dr. Paulo pela iniciativa. Disse que é um início

muito importante e que juízes pedem a maior participação na administração por intermédio das Associações. Disse que nesse momento estão conseguindo este grande passo e colocou-se, em nome das associações, à disposição para contribuir com o que for necessário. Acrescentou que, como coordenadora do Fórum Pedro Lessa tem a possibilidade de participar da gestão de uma maneira mais próxima, inclusive quanto à questão do orçamento. Dr. Paulo deu início às manifestações dos demais presentes, perguntando, inicialmente, se havia sido encaminhado algum formulário anteriormente. Não havendo, pediu licença e concedeu a palavra, pela ordem de inscrição, ao Dr. Luiz Carlos de Freitas, Procurador Regional da Terceira Região. Com a palavra, o Dr. Luiz Carlos de Freitas cumprimentou e agradeceu o encaminhamento do convite feito à Procuradoria Regional da União a respeito da realização da Audiência Pública, e disse que era algo inédito, parabenizando os idealizadores da iniciativa e a organização do evento. Disse que o espaço ora aberto é muito importante. Disse, ainda, que têm discussões sobre orçamento na Advocacia Geral da União, no Poder Executivo e nas diversas Procuradorias da Advocacia Pública Federal e a Justiça Federal também tem suas discussões e definições de prioridades, sendo importante um grande usuário da Justiça Federal que corresponde às Advocacias Públicas Federais, a Advocacia Geral da União, Procuradoria Geral Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral do Banco Central, serem ouvidas e colocarem suas prioridades. Fechando o foco para Terceira Região e especialmente no âmbito da Procuradoria Regional da União, assim que viu o Edital da consulta ficou claro algo fundamental que é o processo eletrônico. Lembrou do discurso de posse da Exma. Sra. Desembargadora Dra. Cecilia Marcondes na Assembleia Legislativa, em que ela mencionou que a prioridade é impulsionar o PJE, e que no âmbito da atuação da Advocacia Geral da União, na Procuradoria Geral da União em Brasília e na Procuradoria Regional de São Paulo, o processo eletrônico também foi considerado prioridade, e no âmbito da sua atuação se instituiu o Sapiens Judicial, que é sistema eletrônico de controle e atuação no processo judicial eletrônico. Aduziu que a Justiça Federal de São Paulo tem seu sistema PJE e o Sistema do JEF e disse que o grande desafio é capacitar os servidores para atuar no processo eletrônico. Como a Terceira Região estava quase toda no processo físico, o operador da área pública ficou focado no processo físico. Disse que é necessário capacitar as pessoas que estão há muito tempo na carreira para o processo eletrônico. Disse que é o grande desafio que estão conseguindo vencer. Hoje todos já atuam com processo eletrônico. O impulso ao processo eletrônico da Justiça Federal veio ao encontro de prioridades. Disse que os desafios nessa Audiência, seria sob o viés da PGU, a integração do Sapiens com o PJE. Seria vantajoso para todos, inclusive para a Justiça Federal, pois enfrentam muitos problemas e a integração seria fundamental. Há uma equipe técnica da Procuradoria que atua no Tribunal trabalhando para isso, mas falta a integração. Disse que com a integração o Procurador vai atuar em um só sistema o que gera dinamismo, diminui operações. O segundo ponto é a unificação dos sistemas eletrônicos da PJE e do JEF. Por conta dos sistemas serem diferentes dificulta a atuação. Se houvesse uniformização o operador do direito seria beneficiado. Disse que o fundamento da proposta é que o processo eletrônico visa facilitar a atuação dos operadores da Justiça Federal e da defensoria pública e demais operadores, a integração daria máxima potência ao processo eletrônico. Teríamos um sistema na Justiça Federal e esse sistema estaria integrado ao Sistema da Procuradoria. Disse que uma segunda prioridade, seria que tendo em vista o avanço da conciliação e da solução negocial de conflitos que a Justiça Federal invista firmemente em dar condições para as audiências de conciliação, impulsione as audiências de Conciliação para propiciar que se trabalhe em sistema de conciliação em lote. Recordou que a semana de Conciliação foi um sucesso em termos de quantidades de acordos realizados, então também, na hora de decidir os investimentos, dar um enfoque para área de conciliação. Disse que é bom saber que o canal está aberto e agradeceu. Dr. Paulo agradeceu e fez questionamentos, perguntando se tem conhecimento de atuação da Advocacia Geral da União com o CNJ envolvendo o Sapiens Judicial e o PJE. Dr. Luiz Carlos respondeu que o trabalho com CNJ é feito pela área Central da Advocacia Geral da União e com base nesse trabalho que é feito no CNJ é que se uniformizou uma proposta para unificação do sistema de todas as regiões. Devolveu a palavra ao Dr. Paulo que agradeceu e disse que vai ver essa questão dos sistemas para serem trabalhados. Em seguida, Dr. Paulo fez apresentação da Dra. Mariana Pinho, Procuradora da Fazenda Nacional, e passou a palavra. Dra Mariana agradeceu ao convite em nome do Procurador Regional, Dr Leonardo Kurti, e agradeceu a todos pelo convite e pela iniciativa pioneira. Disse que as demandas em nome da PFN são parecidas com a do Dr. Luiz Carlos da Procuradoria Regional da Terceira Região, já que tratam da questão do processo judicial eletrônico. Disse que como irmãos institucionais acabam comungando das mesmas demandas e das mesmas dificuldades. A dificuldade de trocar o processo físico pelo eletrônico, a maioria começa a trocar a chave do raciocínio para o processo eletrônico e esse assunto demanda nova forma de pensar a gestão do processo. Como trabalha na dívida ativa da União, trouxe a primeira demanda que trata de uma estruturação fiscal através de uma estruturação de dados da dívida ativa dentro da execução fiscal. Disse que, como já havia sido tratado anteriormente, sabe que essa está sendo tratada diretamente pelo CNJ, mas que aproveitam a oportunidade para expor essas demandas já que a execução tem uma lógica e tem anexos que fogem da realidade dos demais, e uma das principais preocupações é a estruturação de dados da CDA (Certidão de Dívida Ativa) porque da forma como está sendo desenvolvida a CDA seria um mero anexo na Execução Fiscal, ela não daria oportunidade de gerenciar e manipular os dados, tanto por parte da Procuradoria como da Justiça Federal e essa é uma das demandas que estão tentando encampar no CNJ, e nesta oportunidade de criar um gerencial para manipular os dados. Assim, conseguiriam fazer diversos tratamentos gerenciais, como casos que são controlados em demandas repetitivas. A natureza da dívida poderia ser manipulada e podendo ser controlada para possibilitar manipulação de dados pela natureza da CDA. Enquanto que na PRU o sistema é o Sapiens, na Procuradoria da Fazenda Nacional tratam com o SAJ. Existe uma equipe na Procuradoria que está fazendo a integração entre o e o SAJ e o PJE. E esta estruturação da CDA é uma das prioridades. Também há necessidade de fazer a integração desses sistemas. A segunda consideração é quanto ao Regime Diferenciado de Cobrança de Crédito, chamado RDCC, que é um regime diferenciado de cobrança, com vistas à otimização de cobranças da dívida ativa da União e na parte que toca a execução fiscal da Justiça Federal seria o arquivamento em massa de Execuções Fiscais com valores abaixo de R\$ 1.000.000,00, quando não encontrado garantia do crédito tributário. Como o RDCC foi criado por uma portaria e ele prevê esse arquivamento e para racionalização de pessoas e

recursos, para a Procuradoria e para a Justiça Federal, seria ter a Justiça Federal como parceiro no novo modelo de cobrança da dívida tributária, justamente porque vai precisar arquivar em massa inúmeras execuções fiscais e para que isso seja possível, precisam ter um canal de comunicação muito próximo, porque tratar do arquivamento em massa é algo muito complexo. O fluxo de carga de processos deve estar parametrizado com aquilo que o procurador dentro da divisão em que atua esteja apto para trabalhar. Disse que essa integração entre justiça e a Procuradoria é relevante e que irá desafogar bastante reduzindo trabalhos e trabalhadores poderão serem alocados em outras atividades relevantes, seja reduzindo recursos e com a otimização da cobrança para que ela se torne mais suficiente. Agradeceu a todos. Dr. Paulo questionou quanto ao SAJ, quanto a integração e ela disse que a integração já existe com o CNJ. Ela esclareceu que a integração, que já está sendo feita, está sendo feita de forma satisfatória. A demanda é só com relação às CDAs, pois da maneira como ela está, ela só será um anexo, e há necessidade de ter acesso ao crédito de forma profunda, transparente e atual. Assim, se houver imputação em uma demanda ele será comunicado imediatamente. Eles já conseguiriam receber as demandas. Pelo Dr. Paulo foi perguntado como poderia ser a ação da Justiça Federal, ao que respondeu que se houvesse uma parceria entre Juiz Federal e Procurador que está solicitando a carga, para que o Juiz só envie a carga que o procurador consiga tratar naquele momento. Muitas vezes a carga é muito grande porque está na ordem da Vara e essa carga vai para a Procuradoria mas não vai conseguir ser tratada pelos procuradores, seja porque é grande, seja porque tem inúmeras atividades que precisam ser feitas. Dentro dessa ideia de arquivamento em massa, que essa carga pudesse ser resultado de um acordo para ser uma carga trabalhável, ajustada dentro do acordo prévio. Essa proposta é para cargas de RDCC. Às vezes há cargas combinadas (várias matérias), o que impossibilita a resolução de questões ordinárias. Com a palavra a Dra. Regilena disse que deveria ter um planejamento. Disse que a carga deveria ter um tratamento com planejamento antecipado, com o que a Procuradora concordou e disse que se for de maneira integrada agiliza o trabalho. Dr. Paulo agradeceu. Passou a palavra à Dra. Paula Cintra Garcez, também Procuradora da Fazenda, e ela disse que por parte da defesa que é a área da atuação dela, disse que o problema é a integração dos sistemas, que com a integração dos sistemas o trabalho é mais eficiente. Disse também que quando a carga é planejada, por tema, enviado numa carga só, o trabalho fica mais facilitado. Quando há vários temas numa mesma carga, é mais difícil a execução do trabalho. Disse que vindo cargas planejadas sobre assunto conseguem formar peças padrão, o que agiliza e otimiza o trabalho. Pela Dra. Luciana foi perguntado se em relação às Procuradorias se existe esse trabalho de unificação ou os sistemas são diversos. Dra. Paula respondeu que os sistemas são diversos e não conversam. Dra. Luciana disse que o problema da Terceira Região é a falta de integração dos sistemas e que agora estão tentando consertar e com as Procuradorias deve ter acontecido a mesma coisa. Talvez por soluções caseiras, em que os próprios técnicos tentam sanar os problemas do órgão, mas que agora estão tentando corrigir esta dificuldade. O Dr. Luiz Carlos disse que eles já têm uma unificação de Sistemas. Na Procuradoria Geral, na Procuradoria Federal Regional de São Paulo e na Advocacia Geral da União, o sistema é único, uniformizado: o Sapiens. Na Administração direta e indireta se utilizam do mesmo sistema. Disse que a colocação do pioneirismo do JEF é oportuna. Disse que o sistema da PGFN é um, da PGU e PGF, administração direta e indireta é outro. Internamente, os procuradores atuam em um sistema só, mas eles devem trabalhar com o sistema interno, com o PJE e com outros sistemas. Ocorre da mesma equipe estar trabalhando com muitos sistemas. Disse que numa audiência pública é caso de colocar como projeto para ser trabalhado pelo futuro. Disse que o sistema do JEF é mais avançado. Ao apresentar essa proposta disse que, se ocorrer a integração, que seja pelo sistema mais avançado. Pela Dra. Luciana foi dito que o Dr. Paulo faz parte da comissão do PJE e que foi boa a colocação do Procurador para participar o quanto a divergência dos sistemas atrapalha o rendimento do trabalho. O PJE foi escolhido como sistema, mas tudo isso será levado para ser discutido nas instâncias competentes. Com a palavra o Dr. Paulo agradeceu a manifestação de todos, a todos os presentes, a todos que acompanharam por videoconferência e aos servidores que conseguiram que essa audiência fosse registrada para servir de memória do que está sendo feito e desta forma melhorar a comunicação e outros modos de comunicação e divulgação para que esse programa de gestão seja realmente um mecanismo para se desenvolver e ser uma administração mais eficiente e agradeceu a todos que contribuíram para a realização desejando a todos uma boa tarde. Nada mais havendo, eu, Liliane Favini, RF 4847, Analista Judiciário, lavrei a presente Ata que segue assinada pelos componentes da mesa.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Neves Junior, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 19/01/2017, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 27/01/2017, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Regilena Emy Fukui Bolognesi, Juiz Federal**, em 27/01/2017, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Favini, Analista Judiciário - Área Judiciária**, em 01/02/2017, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador



2401632 e o código CRC **907D4EE8**.

0064743-91.2016.4.03.8001

2401632v7